



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

[www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia](http://www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia)

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 9 DE AGOSTO DE 2021

NÚMERO 7.909

## MESA

Mauro de Nadal  
**PRESIDENTE**

Nilso Berlanda  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Ricardo Alba  
**1º SECRETÁRIO**

Rodrigo Minotto  
**2º SECRETÁRIO**

Padre Pedro Baldissera  
**3º SECRETÁRIO**

Laércio Schuster  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer  
Vice-Líder:

**BLOCO PARLAMENTAR  
MDB/NOVO**

Lideranças dos Partidos  
**MDB NOVO**  
Valdir Cobalchini Bruno Souza

## BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus  
Lideranças dos Partidos:  
**PSD PSC**  
Ismael dos Santos Jair Miotto

## BLOCO PARLAMENTAR PSL/PL

Líder: Ana Campagnolo  
Lideranças dos Partidos:  
**PSL PL**  
Ana Campagnolo Ivan Natz

## BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin  
Lideranças dos Partidos:  
**PP PSB**  
Silvio Dreveck Nazareno Martins

## BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira  
Lideranças dos Partidos:  
**PDT PSDB PR**  
Dr. Vicente Caropreso  
Sérgio Motta

## PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Valdir Cobalchini  
Maurício Eskudlark  
Coronel Mocellin  
Fabiano da Luz  
Paulinha

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Ana Campagnolo  
Luciane Carminatti  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Jair Miotto  
João Amin

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Romildo Titon  
Ivan Natz  
Luciane Carminatti  
Milton Hobus

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Neodi Saretta  
Dirce Heiderscheidt  
Marlene Fengler  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente  
Sargento Lima - Vice-Presidente  
Moacir Sopelsa  
Marcius Machado  
Fabiano da Luz  
Paulinha  
Julio Garcia  
Jair Miotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Fernando Krelling  
Dirce Heiderscheidt  
Marcius Machado  
Luciane Carminatti  
Marlene Fengler

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Ada De Luca  
Sargento Lima  
Dr. Vicente Caropreso  
Fabiano da Luz  
Silvio Dreveck

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Bruno Souza  
Sargento Lima  
Ana Campagnolo  
Marlene Fengler  
Julio Garcia  
Silvio Dreveck

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente  
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Coronel Mocellin  
Neodi Saretta  
Marcos Vieira  
Marlene Fengler

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente  
Ada De Luca - Vice-Presidente  
Bruno Souza  
Ivan Natz  
Luciane Carminatti  
Marcos Vieira  
João Amin

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Fabiano da Luz  
Paulinha  
Marlene Fengler  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Moacir Sopelsa  
Jessé Lopes  
Dr. Vicente Caropreso  
Julio Garcia  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente  
Fabiano da Luz - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Romildo Titon  
Felipe Estevão  
Jair Miotto  
Nazareno Martins

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente  
Milton Hobus - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Jessé Lopes  
Fabiano da Luz  
Sérgio Motta  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente  
Paulinha - Vice-Presidente  
Ada De Luca  
Bruno Souza  
Fabiano da Luz  
Milton Hobus

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Ana Campagnolo  
Fernando Krelling  
Dr. Vicente Caropreso  
Ismael dos Santos  
Silvio Dreveck

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Romildo Titon  
Bruno Souza  
Marcius Machado  
Julio Garcia

### COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente  
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente  
Ada De Luca  
Valdir Cobalchini  
Maurício Eskudlark  
Jair Miotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente  
Sérgio Motta - Vice-Presidente  
Fernando Krelling  
Dirce Heiderscheidt  
Felipe Estevão  
Neodi Saretta  
Jair Miotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Fernando Krelling - Vice-Presidente  
Volnei Weber  
Jessé Lopes  
Luciane Carminatti  
Sérgio Motta  
Jair Miotto

### COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente  
Sérgio Motta - Vice-Presidente  
Jerry Comper  
Ana Campagnolo  
Neodi Saretta  
Marlene Fengler  
Silvio Dreveck

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão.</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 18 PÁGINAS</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>ATAS..... 2</b></p> <p>ATA DE PLENÁRIO .....2</p> <p>ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES ..... 10</p> <p><b>ATOS INTERNOS..... 15</b></p> <p>PORTARIAS ..... 15</p> <p><b>PROJETOS E LEIS ..... 17</b></p> <p>EMENDA CONSTITUCIONAL... 17</p> <p><b>EDITAIS, LICITAÇÕES E CONTRATOS..... 18</b></p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO..... 18</p>
---	---	--

## A T A S

### ATA DE PLENÁRIO

## ATA DA 070ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2021 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MAURO DE NADAL

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. Deputados: Ada Faraco De Luca – Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin – Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz – Felipe Estevão – Fernando Krelling – Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper – Jessé Lopes - João Amin – José Milton Scheffer – Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti – Marcius Machado - Marcos Vieira – Marlene Fengler – Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal – Milton Hobus – Moacir Sopelsa - Nazareno Martins – Neodi Saretta – Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba – Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sergio Motta - Valdir Cobalchini – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Mauro de Nadal  
Deputado Nilso Berlanda  
Deputado Kennedy Nunes

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

\*\*\*\*\*

#### Breves Comunicações

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) – Cita a EDP, de São Paulo, uma acionista minoritária da Celesc, cujo Presidente é a favor da sua privatização. Comenta que a EDP é uma empresa privada que visa apenas o lucro. Menciona que, no *ranking* de tarifas da Aneel, a Celesc tem a segunda menor tarifa pública para consumidores do Brasil, e todo o trabalho conjunto que a Celesc promoveu resultou na conquista do Prêmio IASC, sendo reconhecida nacionalmente como a melhor distribuidora de energia do Brasil em 2019. Manifesta seu apoio aos trabalhadores da Celesc na defesa da empresa pública, e deixa seu voto de desagravo aos comentários dessa empresa de São Paulo, que quer prejudicar, encarecer o serviço público ofertado aos catarinenses.

Fala que, pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, Santa Catarina ocupa hoje a sexta posição em registros de estupros, e informa que tramita, na Casa, um projeto de lei de sua autoria, que propõe a capacitação de agentes comunitários, cujo objetivo é lhes dar instruções para que possam atuar em uma situação de violência, de denúncias.

Relata, também, que recebeu um pedido de Vereadores de Fraiburgo para um financiamento de geradores de energia para as comunidades rurais, pois quando há uma intervenção da natureza não tem velocidade técnica para suprir aquela emergência.

Registra a visita que fez ao Secretário André Motta, onde recebeu a notícia da regulação do setor de eventos, e pede que a população encontre liberdade com segurança e respeito às normas de saúde pública. Acrescenta que nesse encontro também asseverou a importância da retomada dos serviços do Hemosc, em Canoinhas, e o aporte financeiro que o Governo precisa fazer. *[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) – Faz apresentação de vídeo para ilustrar a sua fala, comentando a repercussão de notícia sobre os recursos do Estado que foram disponibilizados para as BRs 470, 163 e 280.

No vídeo, a jornalista diz que existe um impasse político impedindo a assinatura do convênio que vai possibilitar o envio dos recursos para as obras, e cita que a decisão final será no dia 04 de agosto, pois no dia 03 o Ministro de Infraestrutura irá à comissão do Senado para discutir questões importantes relativas à infraestrutura, entre as quais está a assinatura do convênio para efetivar o envio dos recursos do Estado para as rodovias federais. A notícia esclarece o impasse, pois o entendimento do Estado é que seria importante colocar a verba da BR-470 nos dois primeiros lotes, e o entendimento no Governo Federal é de que a verba seja distribuída ao longo de todos os lotes. O Governo de Santa Catarina espera que seja resolvido esse impasse, caso contrário os recursos terão outra destinação.

O Parlamentar discorre sobre os fatos, e ressalta que a população, por onde passam as rodovias federais, sofre, quer respostas e as obras prontas. Lamenta que o Governo Federal tenha cortado milhões do Orçamento anual para Santa Catarina, e mesmo assim o Governador Carlos Moisés se disponibilizou a colocar recursos do Estado em obras de responsabilidade federal, mas agora há esse impasse tão negativo para os catarinenses. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) – Fala de sua saída da iniciativa privada para atuar como Parlamentar desta Casa, e diz que o que mais lhe chamou a atenção foi que, na política, ninguém se preocupa de onde vem o dinheiro e quem vai pagar a conta. Discorre sobre este pensamento e reforça que nunca se pergunta de onde vem o dinheiro para pagar projetos e demais custos. Relembra seu mandato como Vereador e suas ações para reduzir custos. Apresenta imagens como exemplo, e afirma que quem paga o déficit da Previdência são os mais pobres. Discorre sobre o tema, apresentando dados numéricos, e diz que os mais pobres são quem pagam as contas com impostos cobrados pelo Estado através do ICMS.

Comenta que nem toda cobrança de imposto é igual para todos os catarinenses, e a diferença entre quanto cada cidadão paga de imposto é a sua renda. Apresenta dados sobre a incidência de impostos na renda dos catarinenses, e fala que quanto menos se ganha, mais se paga de impostos estaduais. Reforça que a maior parcela de gastos estaduais é paga por quem ganha menos, e diz que aqueles que se preocupam com os mais pobres votarão “sim” na reforma da Previdência, e quem não se preocupa votará “não”. Mostra-se um defensor destas pessoas que mais pagam impostos e diz que se alguém tem outros dados, convida a apresentar e desfazer essa verdade, de que os mais pobres são os que mais pagam impostos no Estado. *[Taquígrafa: Guilherme]*

\*\*\*\*\*

### Partidos Políticos

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Fala da importância de ter políticos que pensem no Estado, não fiquem preocupados apenas em ser a favor ou contra o Governo federal, mas comecem a defender Santa Catarina acima dos interesses de Brasília. Afirma que é preciso reivindicar aquilo que nos é devido por direito, pois os catarinenses são grandes pagadores de impostos federais e recebem pouco em relação ao que é enviado. Quanto às rodovias, explica que a maneira certa de fazer rodovias federais é exigindo que o Governo Federal faça rodovias federais.

Registra que há dois anos a obra do Colégio Aderbal Ramos da Silva, no Estreito, deveria ter sido entregue, mas as promessas do Governador do foram cumpridas. Cita que há problemas no projeto desta escola e de outras tantas, como

o colégio situado na Costeira, que literalmente está afundando. Informa que os projetos das duas escolas citadas são da mesma empresa, que tem muitos contratos com o Governo estadual, fatos esses que pretende apresentar. Ressalta que o Legislativo foi criado para fiscalizar as ações do Executivo, por isso vai trazer dados sobre a empresa e as obras abandonadas que precisam de solução.

Questiona como o Governo do Estado está prometendo novas obras, se não consegue terminar aquelas que estão paralisadas, indagando também onde está o zelo com o dinheiro público, porque está sendo aplicado inadequadamente. Afirma que cobrará do Governo, porque não entregou aquilo que foi pago com o dinheiro dos catarinenses. [Taquígrafa: Sara]

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Informa que, na presente data, comemora-se o Dia do Agricultor, lembrando que em Santa Catarina a produção de avicultura é a segunda do Brasil e a suinocultura é a primeira. Destaca também a produção de maçã, mel, tomate, arroz e leite, além de grãos.

Homenageia os agricultores, dizendo que vê crescimento na expansão de áreas, como as de produção de grãos, mas também vê deficiências, como na infraestrutura, dizendo ser urgente a substituição para as redes trifásicas, bem como a pavimentação rural, comentando que a população rural deve ter acesso aos mesmos privilégios que a população urbana, como pavimentação e boa iluminação, até mesmo pela importância de dar continuidade à agricultura familiar, incentivando os jovens a continuarem no campo. Sobre a infraestrutura rural, diz que deve haver um programa do Governo para isso, mas abordará o tema em outro momento. [Taquígrafa: Northon]

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Faz seu pronunciamento em referência à questão de se tirar dinheiro do pobre, mencionando a declaração feita pelo Secretário Paulo Eli, da Fazenda, que diz que a sonegação fiscal em Santa Catarina é de R\$ 10 bilhões. Considera isso como tirar dinheiro do pobre, pois quando ele vai ao caixa do mercado, ou até mesmo na economia informal, com o pouquinho de salário que tem e faz suas compras, paga na hora com dinheiro e esse dinheiro não chega aos cofres públicos para retornar em benefícios para os cidadãos.

Discorre sobre a questão de o Governo do Estado colocar R\$ 4 bilhões por ano na Previdência por não fazer previsão, bem como por não criar o sistema de aposentadoria complementar. E aquele servidor que já contribuiu, agora quando chega na sua aposentadoria não tem aqueles recursos. Cita que Santa Catarina tirou os recursos que estavam lá na previdência complementar para aplicar em obras, em outras atividades, e a última retirada do Governo foi de quase um bilhão de reais.

Agradece aos Deputados apartes, e diz que quem sonega se apropria, pois o empresário é o repassador uma vez que na venda do produto o imposto já vem embutido, e deve ser repassado para que o Governo fazer os investimentos nas áreas de infraestrutura, saúde, segurança pública. Quanto à Previdência, considera injusto dizer que está se tirando do pobre, pois é um recurso que o Governo recebeu inclusive do servidor, e deixou de colocar no fundo que deveria colocar para atender aquelas necessidades.

Em relação à sonegação, diz que é um ato direto de tirar dinheiro do pobre, e sofre com isso quem paga o imposto, bem como o empresário que cumpre com suas obrigações, que age corretamente e dentro do direito, e diz que estão sendo penalizados pelas atividades daqueles que não recolhem o devido imposto, e há ainda os que recolhem e não repassam aos cofres públicos e, assim, fala da economia paralela que deveria registrar as compras do consumidor, o serviço que foi prestado, e que tudo isso não é declarado.

Diz que é muito prático achar que o servidor público é o responsável pelo desequilíbrio, mas, pelo contrário, o servidor público cumpre com sua missão, faz o Estado de Santa Catarina ser um Estado de referência nas áreas de segurança pública, saúde pública, educação. Também, percebe a realização das pessoas que trabalham no serviço público quando o Estado recebe o reconhecimento por prestar bons serviços públicos. E recorda que, às vezes, o Estado é penalizado pela excelência que tem nas áreas citadas, ao relatar de quando era da Chefia da Polícia Civil e eram levados projetos a Brasília sobre segurança, ao chegar lá, eram consultadas as estatísticas e diziam que os índices de homicídios em Santa Catarina estavam lá em baixo, e aí indagavam para que queríamos recursos. Logo, entende que o Estado de Santa Catarina está sendo penalizado por ser eficiente, por cumprir com suas obrigações, que com o tributo que recebe faz referência em educação, saúde e segurança pública, e não recebe o devido recurso público.

Menciona que em 2020 Santa Catarina recolheu R\$ 69,8 bilhões em recursos federais que foram para Brasília, e diz que não consegue ver nem 2% sendo aplicado no Estado, o que é visível nas condições que se encontram as rodovias catarinenses, os portos e aeroportos. E se reporta à questão do Estado querer ajudar na realização de obras federais, pois quem está sofrendo é o cidadão catarinense, é o empresário catarinense e, ainda, o Governo Federal não quer receber os recursos que o Estado pode disponibilizar. Assim, lamenta ver sonegação fiscal, e afirma que a Secretaria de Estado da Fazenda tem que ser apoiada para pegar setores que fazem uma economia paralela, o que faz com que os recursos não cheguem aos cofres públicos.

Também, discorda de se colocar o servidor público como vilão, não é justo, pois entende que o servidor cumpre sua parte com respeito, assiduidade, competência, e o contrato que o Estado tem com ele deve ser cumprido. Diz que é favorável a buscar equilíbrio na Previdência, fazendo com que as contribuições permaneçam num fundo, para que não seja preciso tirar do caixa do Estado. Ressalta que se isso até hoje não aconteceu, é por falha da administração pública e não do servidor. Também considera que se deve combater com veemência a sonegação fiscal.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Corroborar e parabeniza a fala do Deputado no que diz respeito à sonegação fiscal. Menciona que os consumidores são os pagadores de muitos impostos, o empresário é o recolhedor, e que, muitas vezes, é cobrado e não é recolhido. Mas, entende que essa situação precisa ser resolvida, até para acabar com a dificuldade de manter a Previdência dos servidores e, no momento presente, taxar ainda mais é uma atitude dura a se fazer, mas alguma coisa precisa ser feita para que os servidores tenham suas aposentadorias pagas nos próximos anos.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Ao apartear o Deputado, parabeniza pelo discurso, e comenta que, na semana passada, em conversa com alguns Deputados, levantou-se a questão de os 40 Parlamentares, os 16 Deputados Federais e os três Senadores, todos unidos, fazerem um movimento para mostrar ao Ministro como estão as rodovias, porque o catarinense quer vê-las em boas condições, tanto as federais como as estaduais, e quer que os recursos retornem para Santa Catarina. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Deputado Bruno Souza - Solicita a palavra ao sr. Presidente, por questão de ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Quer deixar com muito respeito a sua posição ao se referir ao pronunciamento do Deputado Maurício Eskudlark, não sabendo se ele acredita nas palavras do Secretário Paulo Eli, por ter ouvido que o catarinense sonega R\$ 10 bilhões por ano. Repudia tal afirmação, não acredita que seja verdade, porque isso seria dizer que o catarinense é um povo sonegador, que sonega um terço do seu Orçamento. Assim, quer deixar registrado na Casa Legislativa que há quem não acredite nisso. E também faz a sugestão à TVAL para que promova um debate entre Deputado Bruno Souza e Deputado Maurício Eskudlark, pois possuem opiniões antagônicas com relação à Reforma da Previdência.

Deputado Moacir Sopelsa – Pede a palavra pela ordem, ao senhor Presidente.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se à fala do Deputado Bruno Souza, até para que não fique um mal entendido.

Diz que entendeu que quem deve ICMS do produto que foi vendido, é sonegador. Em tempo, faz uma exemplificação de que se uma empresa vende um casaco, no qual está embutido o imposto, e não recolhe para o Estado o tributo, entende que tal fato é uma sonegação. Assim, os R\$ 10 bilhões que o Estado tem para receber é de quem comercializou, cobrou e não repassou aos cofres públicos. Registra que tal ato é uma apropriação indébita, entretanto há muitos empresários que cumprem com suas obrigações fiscais corretamente.

Deputado Maurício Eskudlark - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pede a palavra por ter sido citado. Diz que existem excelentes empresários, que recebem e recolhem os devidos impostos. Faz a confirmação da declaração do Secretário Paulo Eli, conforme está publicado no jornal NSC sobre os R\$ 10 bilhões de sonegação, e comunga a fala do Deputado Moacir Sopelsa sobre quem emite nota fiscal e não recolhe, o que caracteriza apropriação indébita, bem como o sonegador informal que não emite a nota, entendendo que isso configura sonegação. Outrossim, comenta sobre os que são bons pagadores, que cumprem com a legislação tributária e que são os bons contribuintes, e que acabam sofrendo com a concorrência desleal. Reafirma que as suas colocações, bem como as do Deputado Moacir Sopelsa, respeitam o bom contribuinte.

Deputado Valdir Cobalchini - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Manifesta-se na mesma esteira e, sobre a sonegação fiscal, comenta que gosta de ouvir rádio, principalmente quando do deslocamento dos 400km, sendo que tem alguns pontos sem sinal de celular e, por incrível que pareça, escutou um comercial de uma loja qualquer dizendo que certo produto com nota fiscal o preço era “x” e sem nota fiscal era “x menos y”, o que considerou o fato como ousado e ficou surpreso, porque não pensava que poderia existir esse tipo de promoção.

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) - Agradece a manifestação dos srs. Deputados sobre o tema. E, em tempo, diz que está rodando nos grupos de *WhatsApp lista* dos dez maiores devedores de ICMS, inclusive operadora de celular de Santa Catarina. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO NILSO BERLANDA (Presidente) – Não havendo mais oradores inscritos, suspende a sessão até às 16h.

(Pausa)

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### Ordem do Dia

A Presidência dá início à pauta da Ordem do Dia.

Comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0129/2021, 0229/2021 e 0254/2021.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0027/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0188/2021.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0277/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0033/2019, de autoria do Deputado João Amin, que dispõe sobre a aquisição, por restaurantes e estabelecimentos congêneres, de pescado fresco diretamente dos pescadores artesanais e aquicultores.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Agricultura e Política Rural; e de Pesca e Aquicultura.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados João Amin, Marlene Fengler, Valdir Cobalchini e Bruno Souza.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

A este projeto há um pedido de destaque assinado pelos Deputados Bruno Souza, João Amin e mais dois signatários.

Discussão e votação em Separado da Emenda Supressiva, de fls. 12 ao Projeto de Lei nº PL./0033.0/2019, que "Dispõe sobre a aquisição, por restaurantes e estabelecimentos congêneres, de pescado fresco diretamente dos pescadores artesanais e aquicultores."

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado João Amin.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Deputado Valdir Cobalchini – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI – A pedido do autor, pede a retirada do Projeto de Lei n. 0322/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampiro, na sequência da Ordem do Dia da presente data.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) – Atende o requerimento do Deputado, retirando de pauta o referido projeto. *[Taquígrafa: Sara]*

Pedido de Informação n. 0544/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando ao Presidente do Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial, informações acerca da migração do atendimento da central regional de plantão policial na cidade de Laguna para Imbituba

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0545/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando, ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca do valor destinado ao BADESC e ao BRDE por intermédio de Medida Provisória aprovada nesta Casa.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0546/2021, de autoria do Deputado João Amin, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca da fixação de placas contendo a exposição dos motivos de interrupção em obras paralisadas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0547/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando, ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca dos gastos com combustíveis da Coordenadoria Regional de Infraestrutura do Extremo Oeste e sobre seu titular.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0548/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando, ao Secretário de Estado de Saúde, informações acerca do tempo que os pacientes precisam aguardar para serem atendidos no Hospital Governador Celso Ramos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0578/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, cumprimentando o Senhor Jean Carlos Rodrigues, por ter a verdadeira essência de ser um cristão, tendo comemorado a felicidade de uma família que não conhecia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0579/2021, de autoria do Deputado Kennedy Nunes, cumprimentando diversos atletas catarinenses, por competirem nos Jogos Olímpicos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0580/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, cumprimentando a Polícia Militar de Santa Catarina, pela pronta resposta e precisão na abordagem em sequestro relâmpago ocorrido em Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0582/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando apoio a manutenção da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal Morro do Céu, no município de Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0583/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando apelo ao Senador Jorginho Mello e demais autoridades, para a elaboração de projeto de lei visando à adoção do limite de quatro milhões e oitocentos mil reais para efeito de recolhimento do ICMS nos Estados da Federação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0584/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, manifestando apelo ao Diretor-Geral do DNIT para que sejam instaladas lombadas eletrônicas ou redutores de velocidade na Rodovia BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs.deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0585/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, manifestando aplausos ao motorista Jean Carlos Rodrigues pelo expressivo gesto de solidariedade e grandeza humana, manifestado ao perceber que a ocupante do carro que trafegava a sua frente dirigia-se para sua última radioterapia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0586/2021, de autoria da Deputada Paulinha, manifestando aplauso à vida e a obra do Jornalista Névio Fernandes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1357/2021 e 1358/2021, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1359/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1360/2021, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 1361/2021, 1362/2021, 1363/2021, 1364/2021, 1365/2021, 1366/2021, 1367/2021, 1368/2021, 1370/2021 e 1371/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1372/2021, 1373/2021, 1374/2021, 1375/2021, 1376/2021 e 1377/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; e 1378/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1647/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 1648/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1649/2021, 1650/2021, 1651/2021 e 1652/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado; 1653/2021, 1654/2021 e 1656/2021, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 1657/2021, de autoria do Deputado Sargento Lima; 1658/2021, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1659/2021, 1660/2021, 1661/2021, 1662/2021, 1663/2021, 1664/2021, 1665/2021, 1666/2021, 1667/2021, 1668/2021 e 1669/2021, de autoria da Deputada Paulinha.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo oradores inscritos em Explicação Pessoal, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

*[Revisão: Taquígrafa Sara]*

## ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

**ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS PELO SISTEMA SDD.**

Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Presidente Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputada Paulinha e Deputado João Amin. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 17ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra a Deputada Paulinha que relatou as seguintes matérias: PL./0309.8/2019, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Altera a Lei nº 15.133, de 2010, que “Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0354.2/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, que “Institui a obrigatoriedade da realização de exame Teste Molecular de DNA em recém-nascidos para a detecção da Atrofia Muscular Espinhal (AME) e adota outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PRS/0012.5/2019, de autoria da Bancada Feminina, que “Proposta de Emenda à Constituição Federal, a ser apresentada à Câmara dos Deputados, visando estabelecer a paridade na distribuição das vagas entre homens e mulheres nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais”. Apresentou parecer favorável, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin. Em seguida o Deputado João Amin relatou as seguintes matérias: PL./0132.1/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir a Semana Estadual de Valorização dos Profissionais da Saúde”. Apresentou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0227.7/2021, de autoria do Deputado Laércio Schuster, que “Dispõe sobre a vacinação contra a COVID-19 em adolescentes, a partir dos 12 anos de idade, com comorbidades, no Plano Estadual de Vacinação”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil e a Secretaria de Estado da Saúde - SES, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0218.6/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Veda a exigência de atestado médico das pessoas que adotam o estilo de vida baseado no vegetarianismo e/ou no veganismo, aos alunos da rede pública de educação básica no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra ao Deputado José Milton Scheffer que relatou as seguintes matérias: PL./0176.2/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “Inclui os genitores, tutores e cuidadores de pessoas com deficiência intelectual como grupo prioritário do plano estadual de vacinação contra a Covid-19, e adota outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0220.0/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “Fixa o prazo de exigibilidade

para a transmissão diária dos eventos constantes do relatório denominado Bloco X, funcionalidade inerente a formatação e configuração dos equipamentos Emissores de Cupom Fiscal (ECF), e estabelece outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF e a Secretaria do Desenvolvimento Social – SDS, que, posto em discussão e votação, foram aprovadas por unanimidade; PL./0088.3/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dispensa, temporariamente, os prestadores de serviços de saúde que mantenham contratos com o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Estado de Santa Catarina, da apresentação de quaisquer Certidões Negativas de Débitos (CNDs) ou Certidões Positivas, com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND)”. Exarou parecer favorável nos termos da emendas modificativa, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Deputado Coronel Mocellin relatou a seguinte matéria: PL./0240.4/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que “Dispõe sobre a inclusão dos empregados em empresas de segurança e vigilância, empresas prestadoras de serviço, asseio e conservação e de transportes de valores, como grupo de prioridade no Plano Estadual de Vacinação contra o vírus Sars-CoV-2, no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo foi passada a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark, que relatou a seguinte matéria: PL./0156.9/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Estabelece medidas de segurança a serem adotadas em instituições de ensino na forma em que especifica e determina outras providências. Dentro deste projeto foi apensado o PLC/0004.0/2021”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, foi cedida a palavra ao Deputado Fabiano da Luz, que havendo matéria extrapauta relatou as seguintes matérias: Devolução de vista sem manifestação ao PLC/0009.5/2021, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “Transforma os cargos de Oficial da Infância e Juventude e Comissário da Infância e Juventude, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, altera atribuições e adota outras providências”. Neste viés, propôs um indicativo requerendo que seja realizada uma audiência pública, na comissão de mérito, com o objetivo de reunir as entidades envolvidas, a fim de que sejam clarificadas todas as informações pertinentes. Consequente, tendo em vista a existência de um voto precedente, foi posto em votação o parecer favorável exarado pelo relator Deputado Milton Hobus, no qual foi aprovado por unanimidade. Em seguida, prosseguiu a pauta relatando a seguinte matéria: PL./0270.0/2019, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção de instalação de sistema de captação, armazenamento e utilização de águas da chuva, nos projetos arquitetônicos de novas edificações ou reforma de prédios públicos do Estado de Santa Catarina. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0509.3/2019”. Apresentou parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global apresentada na Comissão de Turismo, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ademais, foi cedida a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini que relatou as seguintes matérias: PL./0243.7/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Determina que os agressores que cometerem o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participe de medidas de conscientização”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS, e a Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0255.0/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Altera o Anexo II da Lei nº 17.335, de

2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para instituir a Semana de Combate e Prevenção ao Vítigo". Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Procuradoria Geral do Estado – PGE e a Secretaria de Estado de Saúde - SES, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0249.2/2021, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Capinzal". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Moacir Sopelsa relatou as seguintes matérias: PL./0053.3/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, que "Dispõe sobre o regime de prestação do Serviço Público de Loterias Estaduais". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0200.7/2021, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Curitiba". Apresentou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar as seguintes matérias: PEC/0004.2/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Altera o art. 133 da Constituição do Estado e estabelece outras providências". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0132.1/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 17.201, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a Concessão de Pensões no âmbito do Estado de Santa Catarina", a fim de majorar a idade dos beneficiários. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0293.6/2020". Exarou parecer favorável nos termos da emenda aditiva, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0250.6/2021, de autoria do Governo do Estado, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Balneário Camboriú". Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia vinte de julho de dois mil e vinte um, no horário de costume, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 13 julho de 2021.

Deputado Milton Hobus

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 21.0.000009300-6

———— \* \* \* ————

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS PELO SISTEMA SDD.**

Aos vinte dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 135 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Presidente Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputada Paulinha e Deputado João Amin. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 18ª Reunião Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra a Deputada Paulinha

que relatou as seguintes matérias: MPV/00242/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Altera os arts. 3º, 4º e 12 da Lei nº 18.007, de 2020, que estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0226.6/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “Institui a Rota Turística Imperial Caminho dos Príncipes, no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista ao PLC/0011.0/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “Revoga a alínea "a", do inciso V, do art. 137 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019”. Apresentou voto vista requerendo diligência ao governo do Estado, à Secretaria da Casa Civil e a Procuradoria Geral do Estado- PGE, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0226.6/2019, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “Estabelece o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado de Santa Catarina”. Posto em discussão e votação o parecer favorável com emenda modificativa do relator Deputado João Amin, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Fabiano da Luz. Em seguida o Deputado João Amin relatou as seguintes matérias: PL./0242.6/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Dispõe sobre a criação de Centros de Terapia Assistida por Animais para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Saúde – SES e a Secretaria do Desenvolvimento Social - SDS, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0068.0/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que "Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina", para o fim de instituir o Dia Estadual do Terceiro Setor”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MPV/00244/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o art. 6º da Lei nº 18.094, de 2021, que dispõe sobre o ressarcimento a hospitais das diárias de leitos de unidades de terapia intensiva (UTIs) não habilitados pelo Ministério da Saúde, disponibilizados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Passada a palavra ao Deputado José Milton Scheffer que relatou as seguintes matérias: PLC/0012.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Reajusta o subsídio mensal das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria de Estado da Segurança Pública e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PEC/0007.5/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a Constituição do Estado para estabelecer a remuneração mínima garantida devida aos integrantes da carreira do magistério público estadual e estabelece outras providências”. Exarou parecer pela admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; MPV/00243/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 17.939, de 2020, que suspende até 30 de junho de 2021 a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde de média e alta complexidades, no âmbito das gestões estadual e municipais, bem como da política hospitalar catarinense”. Exarou parecer pela

admissibilidade da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Deputado Coronel Mocellin relatou as seguintes matérias: PL./0251.7/2021, de autoria do Deputado João Amin, que “Dispõe sobre os requisitos exigidos para elaboração do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo Colonial Artesanal de Leite Cru e adota outras providências.” Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0247.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o art. 9º da Lei nº 18.049, de 2020, que autoriza a doação de imóveis no Município de Bom Jardim da Serra”. Apresentou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0155.8/2021, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera, que “Dispõe sobre a suspensão durante a Pandemia da COVID-19, do cumprimento de mandados de reintegração de posse e imissão na posse, desocupações ou remoções judiciais ou extrajudiciais em imóveis privados ou públicos, urbanos ou rurais, que sirvam para moradia ou que tenham se tornado produtivo pelo trabalho individual ou familiar”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz. Ato contínuo foi passada a palavra ao Deputado Moacir Sopelsa, que relatou as seguintes matérias: PL./0193.3/2019, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Institui o Selo Empresa Amiga da Saúde da Criança”. Apresentou requerimento ao primeiro secretário da mesa, para que determine que a Comissão de Saúde se manifeste sobre a Emenda Substitutiva Global de fls. 17/18. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0246.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Caçador”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Consequente, sugeriu que fosse realizada uma nota de esclarecimento ao Presidente da Associação Catarinense dos bovinos, para prestar esclarecimentos a acerca do PL./0218.6/2021, que, posto em discussão foi consentido por todos os Deputados. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar as seguintes matérias: PL./0185.3/2021, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que “Dispõe sobre o dever de apresentação de advertência impressa, nos livros didáticos adotados pelas unidades escolares do Estado de Santa Catarina, sobre os malefícios do consumo de bebidas alcoólicas e do uso de drogas, e estabelece outras providências. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0261.9/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento e distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres em situação de vulnerabilidade social, mulheres em situação de rua e adolescentes em fase escolar, e adota outras providências. Apresentou requerimento tramitação conjunta por se tratarem de matérias análogas, ao PL./0418.1/2019, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia vinte e sete de julho de dois mil e vinte um, no horário de costume, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 20 julho de 2021.

Deputado Milton Hobus

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 21.0.000010958-1

## ATOS INTERNOS

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 1494, de 06 de agosto de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL** do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ELIZEO CEZAR PINZETTA**, matrícula nº 7022, de PL/GAB-75 para o PL/GAB-67 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 06 de agosto de 2021 (GAB DEP FABIANO DA LUZ).

Jean Carlos Baldissarelli  
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000011030-0

\* \* \*

#### PORTARIA Nº 1495, de 9 de agosto de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

**DESIGNAR** os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 006/2021-1REP.

<b>1ª REPUBLICAÇÃO</b>	
<b>PREGÃO ELETRONICO 006/2021</b>	
<b>Pregoeiro</b>	Sérgio Machado Faust – Matrícula nº 1015
<b>Pregoeiro Substituto</b>	Carlos Henrique Monguilhott – Matrícula nº 2016
<b>Equipe de Apoio</b>	Allan de Souza - Matrícula nº 6339 Rodrigo Machado Cardoso – Matrícula nº 6305 Adriano Luiz de Campos – Matrícula nº 3709 Valter Euclides Damasco – Matrícula nº 0947 Ângelo Teixeira Rodrigues - Matrícula 11063

Luiz Alberto Metzger Jacobus  
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000010912-3

\* \* \*

**PORTARIA Nº 1496, de 9 de agosto de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**NOMEAR ADETERSON DAVID DOS PASSOS CRISPIM**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse. (DL - CC - COMISSAO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA).

Jean Carlos Baldissarelli  
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000010802-0

————— \* \* \* —————

**PORTARIA Nº 1497, de 9 de agosto de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**NOMEAR OSMAR ALVES MARTINS**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP DR. VICENTE – PORTO UNIÃO).

Jean Carlos Baldissarelli  
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000011076-8

————— \* \* \* —————

**PORTARIA Nº 1498, de 09 de agosto de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

**NOMEAR NYREE VAN SONNESEN GRANGEIRO DE CARVALHO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FELIPE ESTEVÃO – JOINVILLE).

Jean Carlos Baldissarelli  
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000010840-2

————— \* \* \* —————

**PORTARIA Nº1499, de 09 de agosto de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**NOMEAR KELLEN DA ROCHA BORTOLATTO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP FELIPE ESTEVÃO – CRICIÚMA)

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000010714-7

**PROJETOS E LEIS****EMENDA CONSTITUCIONAL****EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 82, DE 9 DE AGOSTO DE 2021**

Altera o Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina, nos termos da Emenda à Constituição da República nº 103, de 2019, e estabelece outras providências.

**A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, nos termos do art. 49, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina e do art. 61, inciso I, do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 30 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Estado, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º O servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social será aposentado:

I – por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma definida em lei complementar;

II – compulsoriamente, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição da República;

III – voluntariamente, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar.

§ 2º É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto nos §§ 4º-A, 4º-B, 4º-C e 5º, do art. 40 da Constituição Federal, sendo a diferenciação limitada à idade e ao tempo de contribuição.

§ 3º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social.

§ 4º Observados critérios a serem estabelecidos em lei, o servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.

§ 5º As regras para cálculo de proventos de aposentadoria serão disciplinadas em lei complementar.” (NR)

Art. 2º O art. 158 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 158. O Estado, na forma definida em lei complementar, manterá Regime Próprio de Previdência

Social para seus servidores, cujo órgão gestor será organizado sob forma de autarquia ou fundação pública com personalidade jurídica de direito público.” (NR)

Art. 3º O art. 159 da Constituição do Estado passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 159. Aos dependentes de servidores abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado é assegurada pensão por morte, nos termos estabelecidos em lei complementar.” (NR)

Art. 4º Até que entre em vigor a lei de que trata o inciso II do caput do art. 36 da Emenda à Constituição da República nº 103, de 12 de novembro de 2019, e seja alterada a legislação do Regime Próprio de Previdência Social do Estado para adequá-la às novas regras trazidas pela referida Emenda, aplicam-se aos benefícios previdenciários as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor no dia anterior à publicação da Emenda à Constituição da República nº 103, de 2019.

Parágrafo único. É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado, bem como de pensão aos seus dependentes, que, até a data de entrada em vigor das leis mencionadas no caput deste artigo, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, inclusive em relação ao cálculo e ao reajustamento do benefício.

Art. 5º Esta Emenda à Constituição do Estado entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o art. 28 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 9 de agosto de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL**

Presidente

Deputado Nilso Berlanda

1º Vice-Presidente

Deputado Ricardo Alba

1º Secretário

Deputado Padre Pedro Baldissera

3º Secretário

Deputado Kennedy Nunes

2º Vice-Presidente

Deputado Rodrigo Minotto

2º Secretário

Deputado Laércio Schuster

4º Secretário

## EDITAIS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021

Nº DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 887944

**OBJETO: A presente licitação tem como objeto contratação de agência de viagens para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens terrestres nacionais e aéreas nacionais e internacionais, com vistas a permitir o deslocamento dos parlamentares, servidores e colaboradores eventuais do Poder Legislativo, quando em viagens a serviço de interesse público, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.**

**DATA:** 20/08/2021 - **HORA:** 13:45h

**ENTREGA DOS DOCUMENTOS:** Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil site ([www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)) nº 887944 ou via e-mail ([licitacoes@alesc.sc.gov.br](mailto:licitacoes@alesc.sc.gov.br)) até o dia 20 de agosto de 2021 às 13:45h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico ([www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, no 8º, Sala 804 - Centro – Florianópolis/SC. Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.

Rafael Batista dos Santos  
Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 21.0.000005603-8

\*\*\*